

LILIAN SELHORST

A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO NA EUROPA FEUDAL

Monografia apresentada para a
obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Econômicas pela
Universidade Federal do Paraná.
Orientador: Prof. Francisco de
Borja Baptista Magalhães Filho.

CURITIBA
2004

LILIAN SELHORST

A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO NA EUROPA FEUDAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: 
Prof. Francisco de Borja Baptista Magalhães Filho
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas

Examinador: 
Prof. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas

Examinador: 
Prof. Romeu Herbert Friedlaender Júnior
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas

CURITIBA
2004

SUMÁRIO

RESUMO	iii
INTRODUÇÃO.....	01
1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA FEUDAL.....	04
1.1 O SISTEMA SERVIL NO CAMPO.....	06
1.2 VIDA NAS PEQUENAS CIDADES.....	09
2 TROCAS DIRETAS: OS MERCADORES.....	11
3 O COMÉRCIO À DISTÂNCIA.....	13
4 LOCAIS DE TROCA.....	15
4.1 TROCAS NO CAMPO.....	15
4.2 A URBANIZAÇÃO E AS FEIRAS LOCAIS.....	16
5 AS GRANDES FEIRAS.....	17
6 CRISE DO SISTEMA FEUDAL.....	21
7 A REMONETARIZAÇÃO DA ECONOMIA.....	22
7.1 O CRÉDITO.....	25
CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

RESUMO

O feudalismo foi o modo de produção que predominou na Europa durante a Idade Média, e foi resultado do processo de decadência do império romano combinado com as invasões bárbaras germânicas. Suas características básicas eram a economia agrária voltada para a subsistência, o trabalho servil do camponês, a sociedade hierarquizada, o poder político descentralizado nas mãos de diversos senhores feudais e o domínio da igreja católica na ideologia e na cultura. Posteriormente, o feudalismo começou a sofrer transformações. Este processo que já vinha desde a época das Cruzadas, resultou no renascimento do comércio e no renascimento urbano. Estas transformações deixaram o feudalismo em profunda crise, o que levou ao seu fim. O crescimento das cidades estava profundamente ligado ao desenvolvimento comercial. Surgiram as feiras, que foram muito importantes na economia, ao deixarem de exercer um papel exclusivamente comercial e passarem a exercer funções bancárias. Além do comércio local havia, nas cidades costeiras, o comércio com o exterior, através do Mediterrâneo, que renasceu depois que os árabes diminuíram sua presença na região. Estas cidades enriqueceram e conquistaram sua autonomia política. A moeda passou a ser mais usada, e surgiram os bancos, as letras de câmbio e o crédito, possibilitando a remonetização da economia.

INTRODUÇÃO

Ao se estudar a evolução do comércio no âmbito do Ocidente, a partir da decadência do Império Romano, é conveniente considerar inicialmente a Europa dos séculos IV a XIV (301-400 a 1301-1400 d.C.). Neste período, a Europa era um continente onde a organização econômica principal girava em torno da terra e da propriedade da terra. O modo de vida era ligado ao trabalho rural, principal fonte de organização social. Nessa sociedade de base agrária, o modo de vida era completamente diferente do que é hoje em dia: havia pouco comércio, as cidades praticamente não existiam, eram pouco mais que pequenas aldeias, e o pensamento religioso moldava a vida da maioria das pessoas.

A economia urbana que preponderou na segunda fase do império romano deu lugar à economia agrária. Isto durou de 500 ao ano 1.000, ou seja, cinco séculos. Com isso surgiram as comunas livres e as baronias feudais, constituídas de donatários, que recebiam dos seus soberanos largas extensões de terras. Isolados, devido à precariedade das vias de comunicação, os núcleos denominados feudos procuravam manter-se por si próprios.

Assim, a produção era direcionada às necessidades mínimas dos senhores e dos agregados. A troca manual prevalecia entre diferentes grupos humanos, ocorrendo o mesmo nas chamadas comunas livres, onde o trabalho em muitos casos visava ao sustento, e não ao ganho ilimitado.

O feudalismo obtém sucesso primeiramente na França, Alemanha, Áustria, norte da Itália, e na Inglaterra apenas depois da conquista dos normandos. Essas regiões eram pobres, e a única forma de comércio existente era aquela na qual os produtores iam vender nas casas, a cavalo, ou carroça nas aldeias mais distantes, sendo gradualmente substituído pelas feiras locais e mercadores ambulantes. Mais tarde, com o surgimento das grandes feiras, que se deram inicialmente na região de *Champagne*, na França, ocorre uma mudança qualitativa nessas relações, que vem a se conciliar posteriormente com o surgimento do sistema financeiro de bancos.

O feudalismo alcançou o ponto culminante de seu desenvolvimento no século XIII. A partir dessa época, começou a entrar em decadência, que foi acelerada nos séculos XIV e XV. Na Inglaterra, as possessões feudais foram

abolidas pela lei em 1660, mas resistiram em algumas regiões da Europa até que o direito romano entrasse em vigência.

A partir do século XIV, esse mundo começou a se transformar rapidamente, de um mundo agrário, a Europa caminhou para o mundo urbano e capitalizado. Essa revolução que levou a Europa do feudalismo ao capitalismo teve muitas dimensões e momentos. Em primeiro lugar, foi uma revolução econômica, pois a organização do trabalho se alterou profundamente: da sociedade estratificada em apenas duas grandes classes sociais, surgiu um novo grupo social muito importante, a camada dos comerciantes e artesãos livres: pessoas que, a partir do século XIV já não dependiam mais da terra, e sim de atividades puramente urbanas. Dos artesãos e comerciantes mais poderosos, surgem aqueles que passam a investir grandes somas de riqueza em manufaturas. Essas manufaturas, na verdade, eram as primeiras indústrias, ainda primitivas, mas que já se caracterizavam pela divisão interna de funções.

Assim são criadas as condições para o surgimento de um novo tipo de civilização, onde a riqueza não mais se fundamentava na produção do solo, e sim no comércio. A população descobriu novas necessidades de bens e serviços, principalmente na classe dominante. Isto impulsionou as atividades e as relações comerciais, aumentando a demanda por produtos que não eram encontrados no mercado local.

Na procura por tais produtos, surgem as rotas comerciais. No início, eram rotas terrestres ou fluviais. Nos rios, não havia necessidade de pagar tributos, ao contrário das estradas, mas as limitações nestas rotas levaram o homem a aperfeiçoar o comércio marítimo.

As atividades comerciais transformaram aldeias em cidades, e, em alguns casos, em centros regionais, possibilitando que produtores realizassem trocas ou vendas de seus excedentes, adquirindo aquilo que não podiam produzir. Assim, surgem as grandes feiras, cuja importância variava em função de sua riqueza e da sua área de atração, e onde se encontrava a mais diversa atividade artesanal. O desenvolvimento comercial era observado em pontos de localização estratégica, no cruzamento de rotas comerciais, ou no ponto de transbordo entre rotas terrestres e marítimas.

Este trabalho procura estudar as transformações e mecanismos de crescimento da economia europeia na Idade Média, que possibilitaram o aumento das trocas diretas no período feudal, e como esse sistema de trocas diretas primitivo evoluiu posteriormente para um sistema monetizado, que fragilizou o feudalismo.

Primeiramente, são apresentadas as principais características sociais e econômicas do sistema feudal, as relações de servidão entre camponeses e senhores feudais, e a vida nas pequenas cidades da época.

São apresentados em seguida o sistema de trocas diretas, que surge com a produção de excedentes, e o papel dos mercadores na economia da época, bem como as principais rotas comerciais e mercadorias comercializadas.

Ao apresentar os locais de troca de mercadorias nos campos e na cidade, aponta o surgimento das feiras locais. Em seguida, estuda as grandes feiras da região de *Champagne*, e sua vital importância para o desenvolvimento das cidades e para a revitalização do comércio na Europa.

Apresenta-se então a evolução do papel das grandes feiras, que deixam de ter um papel estritamente comercial e passam a ter um papel bancário. Com a crise do feudalismo e o ressurgimento da monetarização, destaca-se a importância do crédito e do dinheiro para o desenvolvimento e evolução da economia Europeia.

1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA FEUDAL

O feudalismo¹ tem suas origens na decadência do Império Romano, quando os povos germânicos começaram a penetrar e a se estabelecer em territórios antes dominados pelos romanos. Esses povos habitavam as regiões além do rio Reno até o sul da Escandinávia.

O sistema feudal tem como base algumas instituições que existiam nas sociedades romana e germânica. Na sociedade romana existiam as instituições chamadas *clientela* e *colonato*, e na germânica, destacavam-se o *benefício* e o *comitátus*.

Clientela: estabelecia uma relação de dependência entre as pessoas de condição inferior e os patrícios. Os clientes deviam ao patrono respeito, dedicação, certos foros ou rendas. O patrono devia defender os clientes nos tribunais, ampará-los em caso de necessidade e dar-lhes conselhos. *Colonato*: situação intermediária entre a liberdade e a escravatura (...) O colono era um herdeiro hereditário, ligado ao solo que cultivava mediante uma renda paga em dinheiro ou espécie ao proprietário. *Benefício*: geralmente concessões de terra, como recompensa de certos serviços e com o encargo de cumprir certos deveres (...) Os beneficiários, ao obterem o direito de hereditariedade, passaram a transmitir as funções recebidas do poder real a seus descendentes (...) *Comitátus*: os guerreiros eram obrigados, por juramento de honra e lealdade, a servir e a defender seu chefe. (SOUZA, 1971, p. 176)

Antes do contato com os romanos, os povos germânicos eram sedentários e viviam do pastoreio e da agricultura. A terra e os rebanhos eram comunais, e as tribos só possuíam um chefe em épocas de guerra.

O contato que os germanos tiveram com os romanos acelerou várias mudanças que já vinham ocorrendo nas comunidades bárbaras. Em primeiro lugar, começaram a surgir diferenças sociais entre os membros das tribos e os chefes que tomavam as terras para uso próprio. Nestas terras eles criavam gado para trocar com mercadorias dos romanos. Chegavam a atacar outras tribos para vender como escravos aos romanos.

A partir destas mudanças, formou-se uma aristocracia hereditária que guerreava para aumentar sua propriedade. Os chefes tinham poder semelhante aos dos futuros reis. Formou-se uma nobreza, que não trabalhava mais no campo e se mantinha com o trabalho de alguns camponeses escravizados ou dependentes.

¹ “A palavra feudalismo vem do baixo latim *feodum*, concessão que um nobre recebia de outro senhor igualmente nobre, mediante certas obrigações.” (SOUZA, 1971, p. 176)

Desta forma consolidou-se uma camada de nobres que possuíam propriedades com escravos e guerreiros, e se distanciou do restante do povo.

Assim, a sociedade romana, em sua queda, retrai-se para um estágio de desenvolvimento menos avançado. Sua unidade econômica e política desaparece, as atividades comerciais se tornam praticamente nulas, e também desaparece a necessidade de produzir em grande escala, uma vez que as comunidades se isolam, as cidades se despovoam e grandes latifúndios passam a produzir para a subsistência local.

Durante longo período a Europa foi invadida por povos vindos do leste, sendo que a cultura e a sociedade européias sofreram as conseqüências dessas invasões. A Europa teve sua evolução prejudicada, pois estava sendo constantemente atacada por invasões e se isolando, e isso ajudou o feudalismo a se estabelecer.

Assim, desaparecem a maioria das características comerciais da sociedade romana, e também sua estrutura jurídica, que garantia a ordem pública dos romanos. A sociedade era principalmente agrária, mas com vida urbana intensa. Como a estrutura econômica foi rompida, as cidades ficaram sem função, pois a demanda de manufaturas caiu, provocando o desemprego e a queda da renda da população. Também a oferta de alimentos vindos do campo foi reduzida, devido ao rompimento da estrutura de comercialização, o que aumentou seus preços.

Só restava às pessoas migrarem para o campo, o que foi feito sem conflitos ou grandes obstáculos, uma vez que os grandes latifúndios passaram a produzir alimentos numa agricultura de subsistência, e a drástica redução da população devido a epidemias, guerras de invasão e fome, liberou grandes extensões de terras. As comunidades agrícolas organizaram-se num modelo menos avançado de funcionamento.

Os reis conquistadores fixavam-se num território e reservavam uma parte das terras e aldeias nela incluídas, cobrando impostos, e subdividia sua propriedade entre alguns de seus homens de confiança. Estes por sua vez, ao se tornarem novos senhores, organizavam as terras sob seu controle, assumindo funções administrativas, judiciais e de defesa, exigindo em troca várias obrigações de seus habitantes. Os servos deveriam entregar uma parcela de seu excedente recebendo em troca proteção e segurança para trabalhar.

As características do sistema feudal na Europa não foram uniformes, variando conforme o local e a época. Deve se considerar que o feudalismo não se estabeleceu em toda a Europa, algumas regiões somente passaram ao feudalismo com o passar dos séculos, por evolução de suas próprias forças produtivas ou por influência cultural externa. O feudalismo europeu teve características muito próprias, por ter surgido da regressão de uma sociedade escravagista, o que o torna um fenômeno específico, diferente da evolução normal de estágios anteriores.

1.1 O SISTEMA SERVIL NO CAMPO

A principal característica do feudalismo era as relações servis dos camponeses para com os senhores feudais. A submissão dos trabalhadores do campo às regras impostas pelo sistema era o que garantia o seu bom funcionamento.

Após a drástica redução da população ocorrida com a desagregação da civilização romana, houve um lento crescimento da população européia. Porém, a população foi novamente assolada por um dos surtos de Peste Negra, no século XIV, que matou um quarto da população européia, fazendo com que somente por volta do século XVI a população alcançasse novamente os cem milhões de pessoas.

A base da população era formada por camponeses, que eram mais de 90% da população, a maioria servos. Os servos pertenciam aos feudos, inclusive a própria pessoa era propriedade do senhor feudal, e viviam em choças agrupadas geralmente em aldeias. Os senhores eram proprietários dos feudos e sua residência era considerada o centro do domínio, sendo geralmente feita de pedra, fosse uma mansão simples ou um grande castelo.

No feudo, geralmente um terço das terras formava os domínios do senhor, onde a produção total lhe pertencia, enquanto das terras restantes, os camponeses podiam extrair sua subsistência e gerar um excedente que deveriam entregar ao senhor feudal.

As terras cultivadas eram plantadas em faixas alternadas, num sistema de rotação de culturas, o que favorecia um maior rendimento. Cada família camponesa trabalhava em duas ou três faixas da aldeia, e devia na maioria dos casos, era

obrigada a prestar trabalho gratuito nos domínios do senhor. Essa obrigação era chamada corvéia, uma das características básicas do sistema.

Os servos, além da corvéia, eram obrigados a prestar serviços pessoais ao senhor, tanto domésticos quando militares, e a pagar impostos sobre sua produção. Dessa forma, os servos estavam ligados de forma indissolúvel aos laços feudais, de tal forma que não podiam se ausentar das terras do senhor sem licença ou se mudarem, sob pena de busca e prisão. Também os graus de servidão variavam muito. Alguns servos podiam comprar sua libertação, porém em número muito limitado, devido à dificuldade em se obter renda monetária numa economia de subsistência. Somente com o gradativo ressurgimento do comércio surge maior possibilidade de obter e acumular alguma renda.

Além das terras dos senhores, havia terras que pertenciam aos reis e à igreja, sendo esta a maior proprietária de terras na Europa.

A grande massa servil produzia para o próprio sustento, nas terras a ela designadas, entregando seus excedentes aos senhores, restando apenas uma pequena quantidade para ser vendida nos pequenos mercados e feiras das aldeias maiores.

A maior parte das manufaturas consumidas no feudo era produzida localmente, quer na casa senhorial, pelos camponeses, ou por artesãos nas aldeias. A demanda por produtos vindos da cidade era mínima, e estes produtos eram quase que exclusivamente de consumo dos senhores.

O excedente produzido pelos servos e apropriado pelos senhores sustentava, além do consumo exagerado dos próprios senhores, uma complicada pirâmide social, onde o senhor de um feudo era vassalo de outro, e assim sucessivamente até chegar ao rei, que era, em última análise, o senhor supremo de todas as terras. Em muitos casos, os vassalos do rei tinham mais riqueza e poder do que ele, porém mesmo assim o poder nominal ainda era do rei. Por sua vez, a Igreja recebia doações, muitas das quais obrigatórias, de todos os senhores, além de se apossarem do excedente de seus próprios servos.

A idéia de lucro comercial era incompatível com a situação do senhor feudal. Como não se produzia para venda, por falta de um mercado externo para os produtos, não se fazia qualquer esforço para obter um excedente além de seu próprio consumo, que não seria útil ao senhor feudal. Assim, ele limitava-se a ajustar

o excedente às suas necessidades, sem qualquer tentativa de melhorar o sistema produtivo.

Apesar de fazer parte das terras de propriedade do senhor feudal, existiam terras que podiam ser utilizadas pelos vassallos chamadas terras comunais. Constituía-se de bosques, charnecas, prados, etc. Na região próxima a Loire, na França, as matas e terrenos baldios ocupavam um espaço muito grande.

Por esse período, as terras aradas constituíam verdadeiras ilhas e a floresta tinha papel primordial, como um ramo da economia rural, pois completava a alimentação dos homens e animais, fornecia madeira e lenha, permitia a fabricação de carvão.

Constituía-se também numa vantagem para o seu proprietário, que vendia aos aldeões o que não lhes era permitido explorar, pois havia itens específicos na lei de servidão quanto aos direitos de sua utilização. Essa terra tendeu a se reduzir devido à expansão da agricultura que fez desaparecer muitas delas, e devido ao senhor feudal dificultar cada vez mais o acesso a elas.

Como a base da economia era a agricultura, o dinamismo teve origem na necessidade de cultivar mais terras para alimentar uma população crescente, a partir do século X, quando se inicia a ocupação das terras ainda não cultivadas, também conhecidas como terras cistercienses, localizadas dentro dos limites da propriedade feudal, inclusive entre as regiões já ocupadas.

Grandes extensões de florestas, pântanos e terras improdutivas ou arenosas, exigiam um investimento maior para produzir. Como eram terras já pertencentes ao senhor feudal, foram ocupadas já dentro dos padrões servis, porém com algumas diferenças.

Para atrair camponeses, reduz-se à carga de obrigações, assegurando-se a transmissão por herança do direito de cultivar o solo. A corvéia e outros serviços pessoais quase desapareceram e pagamentos foram reduzidos. As aldeias assim formadas são conhecidas como vilasnovas e surgem com crescente frequência nos séculos XII e XIII. (MAGALHÃES, 1991, p.122).

Passa-se a utilizar um sistema semelhante para colonizar terras fora da propriedade feudal, numa espécie de movimento migratório, principalmente durante os séculos XII e XIII, mas mantendo-se ainda por um longo período posterior. Aliviou-se assim a pressão demográfica temporariamente, como já havia feito a

Peste Negra por volta do ano de 1350. Com a diminuição da quantidade de mão de obra disponível, os servos e outros tipos de trabalhadores puderam pressionar as relações feudais, em busca de melhores condições de vida e de remuneração.

Os senhores porém não aceitaram essas reivindicações, ao contrário, passaram a explorar ainda mais uma quantidade menor de trabalhadores para obter o mesmo excedente de antes, e reduziu vantagens dos colonos nas terras ocupadas recentemente. Diante dessa atitude dos senhores, estouraram várias revoltas camponesas em quase toda a Europa, inclusive de caráter religioso, contra a Igreja que, como o maior de todos os senhores feudais, era vista como exploradora dos camponeses e longe dos ideais do cristianismo.

Estas revoltas foram facilmente reprimidas, com extrema violência, por terem sido mal organizadas e orientadas, porém a condição de vida dos camponeses teve uma pequena, mas significativa melhora nesse período.

1.2 VIDA NAS PEQUENAS CIDADES

O comércio e as cidades nunca deixaram de existir, apenas foram inibidos devido à intensa ruralização da economia observada na implantação do feudalismo na Europa.

A evolução das cidades pode ser dividida em três fases, de maneira geral: primeiro, de retração, na qual a maioria das cidades regride e algumas deixam de existir; em segundo, de crescimento, quando grande parte das cidades existentes vê crescer o número de habitantes e torna-se palco de expansão das manufaturas e do comércio, ao mesmo tempo em que novas cidades são fundadas, mesmo que sujeitas às instituições feudais; e em terceiro, de autonomia, quando foram capazes de se libertar da subordinação aos senhores feudais e passam a controlar sua própria economia, inclusive reverterem, de certa forma a situação, passando a subordinar o campo a si nas relações.

A Europa feudal não possuiu grandes cidades, pois não tinha uma demanda por artigos manufaturados, nem administração pública suficiente que justificasse uma grande aglomeração urbana, sendo que as maiores cidades da época foram sedes de administração religiosa. Nas cidades estava localizada a produção de

manufaturas, destinadas ao próprio consumo urbano ou dos senhores da terra, tendo uma demanda limitada.

Mesmo sob influência dos senhores, a população das cidades foi pouco a pouco se libertando das obrigações e leis feudais de trabalho.

Durante o período feudal a produção das manufaturas era feita por sistema de corporações, associações livremente formadas por oficinas de um mesmo ramo em uma cidade ou vila, também chamadas grêmios ou guildas, onde cada trabalhador era dono de seus instrumentos de trabalho, da matéria prima que utilizava e do produto acabado que vendia.

A produção de manufaturas se dava em oficinas pequenas, comandadas por um artesão experiente chamado mestre, com oficiais, aprendizes e jornaleiros (cumpridores de jornada). Os aprendizes passam por um longo período de treinamento, após o qual se tornavam oficiais, podendo estabelecer sua própria oficina se tivessem recursos suficientes para tal. Caso contrário, poderiam ficar trabalhando como oficiais até conseguir o capital necessário. As oficinas maiores eram poucas no início, porém também existiam.

As corporações tinham dirigentes eleitos por alguns trabalhadores daquele ramo, e sua principal função era defender o interesse dos produtores, regular preços, fiscalizar qualidade dos produtos e garantir a exclusão de produtos e produtores estrangeiros do mercado que controlavam, e tinha, em algumas cidades influência política, inclusive na defesa da autonomia urbana contra os senhores da terra.

Os aumentos graduais da população e da produção permitiram a divisão do trabalho entre cidade e campo. A existência de excedente estimulou a troca e a especialização do produtor. Ao mesmo tempo em que artesão e lavrador vão deixando de ser a mesma pessoa, a cidade torna-se o local dos setores secundário, abrindo possibilidades de desenvolvimento urbano e de mercado.

As corporações eram reguladoras não só da produção, mas também do comportamento social, procurando preservar um modo ordenado de vida. Garantiam uma decente remuneração ao mestre, mas não permitiam que qualquer um deles se tornasse um grande homem de negócios ou monopolista. A concorrência era limitada e os lucros eram restritos, inclusive a publicidade e até os progressos técnicos que não fossem repassados para toda a coletividade eram considerados

desleais. Vivendo numa sociedade relativamente alheia à circulação monetária, procuravam eliminar riscos, objetivando mais a preservação, a estabilidade e a ordem do mercado, do que o crescimento.

A economia era apenas mais um elemento, misturado às atividades social e religiosa nas cidades. O ideal orientador era religioso. A Igreja era quem proporcionava a estabilidade, era a autoridade suprema em assuntos econômicos. O comércio era mal visto pela Igreja, e era considerado pecaminoso obter lucro sobre outro homem, tanto que vigorava uma lei chamada preço-justo, que consistia em vender uma coisa pelo que ela valia, e nada além disso. Este preço apenas cobriria o custo de adquiri-la ou fabrica-la. A Igreja também repudiava a usura, o ato de emprestar dinheiro a juros.

Desse modo, se torna muito difícil obter lucro nas vendas, e, com isso, dinamizar a economia. O processo de ganhar dinheiro passou a ser associado à culpa e perigo para a alma, ao contrário dos povos da Antiguidade que comercializavam abertamente e exibiam seus tesouros.

2 TROCAS DIRETAS: OS MERCADORES

Nos primeiros séculos do feudalismo, a maior parte da produção é consumida dentro dos próprios feudos. Os senhores feudais só faziam uso do comércio entre os feudos em situações excepcionais de escassez ou grandes excedentes de colheita. Os produtores vizinhos abasteciam as pequenas cidades ou vilas, indo até elas e vendendo diretamente aos consumidores.

Os feudos eram auto suficientes na produção de quase tudo que necessitavam, apenas alguns produtos não podiam ser produzidos dentro do próprio feudo, dentre eles o sal, os metais, o peixe e alguns artigos manufaturados.

A dinâmica econômica das cidades medievais reprimia a mecanização, o crescimento da produção e a acumulação. Essas repressões visavam disciplinar o mercado local, urbano e regional.

O desenvolvimento de um ativo comércio internacional de tecidos fez nascer cedo um capitalismo comercial, através das condições de venda, destinadas ao mercado internacional, e não propriamente através da divisão do trabalho, característica das técnicas de produção, uma vez que os artesãos e seus

assalariados que trabalhavam para atender esse mercado estavam numa situação de dependência social e de precariedade econômica.

Pode-se caracterizar o auto consumo local como uma economia fechada, tanto nos produtos agrícolas quanto aos produtos artesanais. As trocas não desapareceram totalmente, mas funcionavam, a maior parte do tempo, sem a intervenção de profissionais. O produtor agrícola oferecia seus produtos diretamente a uma clientela próxima o suficiente que lhe fosse possível alcançar com os meios de transporte que dispunha, caracterizando um mercado local, comércio sem mercador.

As igrejas e abadias, por outro lado, pelo fato de possuírem grandes fortunas fundiárias dispersas e muitos membros para sustentar, organizavam comboios entre domínios e expedições longínquas para importar produtos exóticos. Já se evidencia a participação de profissionais do comércio nesses comboios.

Os mercadores eram profissionais que, sozinhos ou com auxiliares, iam de feira em feira, comprando em uma para vender em outra. Os primeiros mercadores, conhecidos como mascates, transportavam suas mercadorias nas costas ou em fardos levados por animais, cruzando os campos.

Até o século XIII, o comércio inter regional ou intercontinental era feito através dos mercadores. Segundo ANTONETTI (1977, p. 89) "... o mercador acompanhava sua mercadoria, vendia-a no fim de sua viagem e voltava com uma carga de produtos exóticos. Os mercadores se deslocavam em grupos e armados".

No decorrer do século os reis e grandes senhores tomaram as grandes estradas, por razões fiscais, sob sua proteção, o que trouxe maior segurança aos mercadores em suas viagens. Também a instrução e uso da escrita tornaram-se mais comuns, possibilitando que eles pudessem ter uma contabilidade e fazer uso de correspondência para se relacionar estreitamente com seus associados ou correspondentes, dirigindo vários negócios de uma vez, em sua própria casa. Mesmo para acompanhar comboios de mercadorias importantes, preferia enviar um comissionado para o serviço em seu lugar. Com isso os grandes mercadores tornam-se sedentários e cada vez mais fazem uso de comissionados.

Segundo ANTONETTI (1977, p. 89) "... eles se transformam depois em corretores e intermediários sedentários, que arranjavam as operações comerciais e

financeiras entre os mercadores estrangeiros, proporcionando-lhes alojamento e entreposto e recebendo uma comissão pelos serviços que prestavam”.

Esses mercadores comercializavam os mais diversos produtos, até mesmo dirigindo ou financiando a fabricação de alguns desses produtos. Também comercializavam dinheiro, através de empréstimos e câmbio, e às vezes estavam ligados a uma corporação, geralmente têxtil ou de artigos para confecção. Alguns desses mercadores conseguiram enormes fortunas nos séculos XIV e XV.

Os mercadores formaram associações profissionais, com a finalidade de dar segurança para as empresas mercadoras, e mais tarde, buscar o monopólio de alguns mercados específicos, chamadas de guildas ou hansas.

Esse tipo de profissional sobreviveu bem até o século XIII, quando se passou a um processo de sedentarização do comércio, ou seja, os mascates foram desaparecendo para dar lugar aos chamados lojistas. Uma espécie de comércio permanente instalou-se nas cidades, primeiramente com os comerciantes de artigos para confecções, que vendiam por atacado. Porém os lojistas não podiam ultrapassar certos limites em seu empreendimento e na abrangência de seu mercado. Mesmo assim, alguns lojistas conseguiram acumular capital suficiente para realizar transações comerciais à distância, e se tornarem negociadores capitalistas, ultrapassando as restrições do mercado local.

3 O COMÉRCIO À DISTÂNCIA

A partir do século XI o volume de produção de mercadorias para venda teve um aumento considerável, em vários setores. No setor alimentício, cresceu no comércio de grãos, linhos, sal e peixes defumados ou salgados. O de vestuário, em lã, linho, peles, couros, produtos para tintura. O de construção, em pedras e madeiras. O de transportes terrestres em cavalos e de transportes marítimos em alcatrão, cordas e velas. A produção de cera fomentou a iluminação, e os metais, armas e ourivesaria serviram a metalurgia. Também houve crescimento nos setores de cerâmica e vidraria.

Até o fim da Idade Média no Mediterrâneo, os escravos eram muito procurados, e tinham grande valor. Estes eram recrutados inicialmente em regiões de cristianismo. Porém com a intervenção da Igreja, condenando a escravização de

cristãos, passa-se a procurar escravos em outras regiões, principalmente no norte com os germanos, e no leste com os eslavos.

Os dois principais eixos marítimos do comércio medieval são o eixo mediterrâneo e o eixo nórdico, que eram ligados entre si por rotas terrestres e ligações marítimas regulares entre a Itália e o mar do Norte, no século XIV.

Dentre todas as atividades comerciais da época, a mais importante era a importação de mercadorias da Ásia, maior responsável pela expansão do comércio marítimo da época. Produtos alimentícios, especiarias, sedas, tinturas e ouro eram os principais produtos trazidos do Oriente.

O eixo mediterrâneo se estendia até o mar Egeu e o mar Negro, e era o eixo de comércio marítimo mais importante da Europa até o século XVI. Durante todo esse tempo, apesar de algumas dificuldades, o comércio na região nunca deixou de existir. Mesmo com o comércio marítimo dificultado pelas modificações na economia romana, ele não foi extinto, apenas passou ao controle dos bizantinos, principalmente sírios e gregos.

Nos séculos VIII a X, a invasão árabe na África do Norte e na Espanha novamente dificulta o comércio na região, reduzindo ao mínimo a navegação entre a Europa Ocidental e o Oriente.

No século XII, porém, o crescimento da demanda deu início a expansão do comércio nos portos da Itália. Segundo MAGALHÃES (1991, p. 134), "Terminadas as Cruzadas as cidades de Veneza e Gênova haviam se transformado nas maiores potências comerciais do Mediterrâneo, devido a serem os portos mais próximos do interior europeu". As Cruzadas aceleraram a reabertura do Oriente mediterrâneo, onde os italianos traficaram até o fim da Idade Média, ao ampliarem o mercado para os produtos orientais e o fluxo de navegações na região.

É estabelecido um comércio entre o Mediterrâneo e o Atlântico, através do estreito de Gibraltar, porém as rotas terrestres através dos Alpes ainda prevaleciam entre o norte da Europa e a Itália. A expansão comercial da região continuará até a segunda metade do século XIV, quando sofre uma recessão, devido à diminuição da população e conseqüentemente da demanda, causada por um novo surto de Peste Negra, a Guerra dos Cem anos e as revoltas camponesas, mas era recessão apenas temporária e parcial, e o crescimento foi retomando já no século XV.

O eixo nórdico, que se estendia do Canal da Mancha ao Báltico, foi domínio dos navegadores frísios e saxões do século VII ao século IX e posteriormente dos normandos. Bem como no Mediterrâneo, o comércio nessa região foi também estimulado pela elevação da demanda européia. Essa rota foi bastante importante principalmente para ampliar os horizontes geográficos europeus, e abrir caminho para o desenvolvimento de grandes potências comerciais, após o século XVIII.

Sob o domínio dos vikings, criou-se uma sucessão de mercados ligando o Atlântico ao Oriente. Alcançavam-se os mercados europeus através dos rios navegáveis, com destaque para a região sul do mar do norte, um ponto estratégico com grande vantagem localizacional em relação ao trânsito de mercadorias e rios, o Escalda, o Mosa e o Reno. A topografia local facilitava a construção de canais, e lá estava localizada a maior indústria de tecidos da Europa. As cidades da região eram grandes entrepostos, onde os principais negociantes de todo o continente mantinham agentes e depósitos, e onde os principais banqueiros de todas as partes mantinham casas de câmbio e correspondentes.

4 LOCAIS DE TROCA

Para trocar mercadorias, os vendedores se reuniam periodicamente em locais conhecidos como mercados, em sua maioria semanais, onde o sistema de compra e venda a varejo predominava. Os mercados locais eram criados e fiscalizados pela autoridade pública, que recebia direitos sobre a circulação, exposição e venda das mercadorias ali comercializadas. Segundo PIRENNE (1979, p. 101) “o objetivo dos mercados locais consiste em prover a alimentação cotidiana da população que vive no lugar onde se realizam”.

As feiras diferiam do mercado local tanto em sua menor periodicidade, que geralmente era anual, quanto na abrangência, uma vez que ao invés de atingir um mercado local, atingiam toda uma região, e ali atuavam mercadores profissionais.

4.1 TROCAS NO CAMPO

Já existiam e surgiram ainda muitos mercados rurais. Observa-se assim que a economia dos feudos não era tão isolada, uma vez que a partir do século XI,

segundo ANTONETTI (1977, p. 97) "... os camponeses foram solicitados a produzir além de sua própria subsistência, para responder à demanda constantemente mais insistente dos compradores".

Os camponeses passaram a obter excedentes de produtos agrícolas ou artesanais, e também tinham um excedente de matérias-primas. Isso possibilitou a venda desses excedentes a compradores de fora dos domínios, uma vez que a troca entre os próprios camponeses não teria sentido, sendo que eles provavelmente produziam os mesmos bens, ou ao menos, bens muito semelhantes. Da mesma maneira, era necessário comprar o que não era produzido dentro do próprio domínio. Principalmente grãos, vinhos e gado eram comercializados nesses mercados.

Nesses locais operavam os mercadores, que compravam os produtos e os revendiam para os empresários que comercializavam a longa distância. Negociavam grãos e gado inclusive com os encarregados senhoriais, que os possuíam em grande quantidade, devido a grande exploração de cereais do século XIII.

O mesmo ocorria com a criação de animais. Segundo ANTONETTI (1977, p. 97) "... os animais eram mortos no outono, e salgados para o inverno...", o que caracteriza uma economia de criação já voltada para a troca. As ovelhas relacionavam os produtores aos comerciantes de lã, bem como o vinho os ligava à rede dos mercados locais e às feiras da região, grande mercado para o produto.

Devido a grande circulação e trocas nos campos, observou-se um aumento dos pedágios cobrados pelos príncipes senhoriais. Porém, o dinheiro arrecadado não era utilizado para melhorias nas estradas, que eram muito precárias e dificultavam, juntamente com a exploração fiscal, o comércio. A iniciativa de progresso nas estradas partiu dos próprios comerciantes e viajantes, custeando obras de melhorias, principalmente pontes.

Observa-se também o uso de pequenas peças de prata que eram dinheiro, no campo, antes ainda de seu desenvolvimento nas cidades.

4.2 A URBANIZAÇÃO E AS FEIRAS LOCAIS

Além das cidades que sobreviveram ao feudalismo e se tornaram sedes religiosas, surgem novas urbanizações, principalmente ao redor dos rios Sena e

Reno. Estes locais eram entreposto de mercadores, inclusive marítimo, local de passagem e estocagem, e deram origem a cidades.

Uma comercialização sustentada e crescimento do volume de trocas entre o campo e cidades possibilitaram um desenvolvimento urbano, fazendo o comércio se expandir ainda mais nessas cidades.

As feiras locais eram freqüentes nas vilas e pequenas cidades de toda a Europa. Eram comercializados principalmente os produtos de artesanato local, os produtos dos camponeses vizinhos e mercadorias compradas em feiras maiores.

Segundo MAGALHÃES (1991, p. 125) “Os artigos eram expostos ao público na praça do lugar, às vezes em barracas, e grande parte das trocas era feita, pelo menos nos primeiros séculos, sem a intermediação da moeda. Às feiras ocorriam produtores de áreas próximas, daí sua caracterização local”.

Estes mercados estavam submetidos ao chamado corporativismo urbano, e como nos mercados rurais, os vendedores tinham suas mercadorias fiscalizadas quanto à qualidade, o transporte e exposição, sob alegação de proteger o abastecimento regular do mercado, o controle dos preços e a garantia aos compradores da não formação de monopólios.

Os mercadores ambulantes tinham o papel essencial nas feiras, de maneira que quando passaram ao sedentarismo, o sistema de feiras começou a decair. Mais tarde, já no fim da Idade Média, criam novas feiras, porém com características muito diferentes das primeiras.

5 AS GRANDES FEIRAS

As feiras locais permaneceram no comércio europeu, porém passaram a ficar cada vez mais limitadas a trocas varejistas, uma vez que o volume maior de comércio passa a ser feito por grandes mercadores.

O grosso das atividades comerciais passará para as mãos dos grandes mercadores atacadistas, especializados em determinados produtos e controlando determinadas regiões. Estes mercadores ainda acompanham suas mercadorias, mas já possuem representantes nas principais praças, com os quais mantêm correspondência regular e para os quais enviam produtos utilizando seus próprios meios de transporte ou, o que será cada vez mais freqüente, contratando serviços de transportadores independentes. (MAGALHÃES, 1991, p. 126).

Estes grandes mercados se encontravam em locais chamados *mundinae*, ou grandes feiras, que são características do comércio europeu nos séculos XII e XIII. Estas feiras tinham uma grande abrangência, às vezes até toda a Europa Ocidental, diferindo muito das feiras locais, também pela natureza das trocas, pela frequência e pela duração.

Enquanto nas feiras locais predominavam vendas a varejo, nas grandes feiras o comércio era feito a atacado, em grandes quantidades. Realizavam-se poucas grandes feiras no ano, e por isso tinham uma longa duração, de 50 a 60 dias, enquanto as feiras locais tinham duração geralmente de um dia e eram realizadas frequentemente. Desse modo, as feiras sucediam-se durante o ano, com um intervalo de tempo mínimo entre uma e outra, apenas o suficiente para o transporte das mercadorias.

Faziam parte de todos os países, com características comuns em todas as regiões, e, além de sua função comercial, eram também festividades, de modo que atraíam grande número de pessoas.

A troca entre os produtos provenientes do sul da Europa e da bacia do Mediterrâneo, e os produtos do norte europeu e região do Báltico eram feitas principalmente nas feiras da região de *Champagne*, na França, área de localização privilegiada, formada por uma planície com vários rios navegáveis, de fácil comunicação com o Atlântico e com o Mediterrâneo, e com as principais rotas de comércio e concentrações urbanas da Europa.

A mais antiga das grandes feiras é a de Saint-Denis, próximo a Paris, datando do século IX, mas elas somente começam a desenvolver-se três séculos depois, quando passam a ser realizadas nas principais cidades e vilas em locais estrategicamente situados em relação as principais rotas comerciais que ligavam as diversas partes do continente, cabendo o primeiro lugar as da região de Champagne. (MAGALHÃES, 1991, p. 127).

Na região de *Champagne*, as principais feiras realizadas eram: em janeiro, a feira de Lagny-sur-Marne; na terça-feira antes da quaresma, a feira de Bar; em maio, a 1ª feira de Provins ou São Quiriácio; em junho, a feira de verão (feira *quente*) de Troyes; em setembro, a 2ª feira de Provins ou Saint-Ayoul; e finalmente, em outubro, a feira de inverno (feira *fria*) de Troyes. Dentre estas feiras, as de maior importância

econômica são as duas feiras de Provins e a feira quente de Troyes, principalmente devido à estação em que se realizavam².

Como tinham uma grande importância econômica para a região onde se realizavam, as grandes feiras recebiam vantagens e incentivos fiscais dos senhores feudais da região. Os incentivos eram principalmente redução e isenção do pagamento de taxas, sendo que estes pagamentos eram em parte revertidos em serviços aos próprios comerciantes. Os senhores feudais garantiam além de alojamento e condições de entreposto vantajosas, a ordem e a paz no mercado. Assim surgiram os chamados guardas das feiras, responsáveis pela fiscalização e segurança no local.

Posteriormente, já no fim do século XII, estes guardas assumem um poder de jurisdição dentro dos limites da feira, e emitiam selos que garantiam a execução dos contratos realizados. Segundo ANTONETTI (1977, p. 101) “Os contratos assim concluídos nas feiras tornaram-se executáveis em toda a cristandade latina, e isto transformou o papel das feiras”.

Os comerciantes passaram a ter, desde o século XIII, representantes permanentes nas cidades, denominados cónsules, que defendiam seus interesses. Estes representantes se agrupavam de acordo com a nação que representavam, e formavam associações, dirigidas por um capitão.

As feiras eram compostas geralmente de três fases. Primeiramente, as mercadorias eram expostas ao público, chamado período de exposição. Depois eram realizadas as vendas. Após as vendas, vinha o período de acerto de contas ou pagamento sobre as compras realizadas.

Nesse período, além do pagamento das dívidas da atual feira, pagavam-se também dívidas contraídas em feiras anteriores. Nessa mesma época, surgiram as letras de câmbio, que, segundo PIRENNE (1979, p.106) “... trata-se, unicamente, de promessas escritas de pagar uma quantia em lugar diferente daquele em que se contrai a dívida”.

Assim, o comerciante deveria pagar, em outra praça, pessoalmente ou através de um representante³, ao emitente da letra de câmbio. O emitente poderia,

² O clima de primavera e verão certamente era mais favorável para as pessoas comparecerem e circularem nas feiras do que o rigoroso inverno europeu.

³ A pessoa que atuava como representante de um comerciante era conhecida como *nuntius*.

por sua vez, também designar um representante para o recebimento da dívida. Essa forma de pagamento contribuiu muito para as transformações funcionais ocorridas nas grandes feiras.

As letras de câmbio têm origem italiana. A cidade de Gênova, no século XIII, havia se tornado o centro do comércio entre o Oriente e o norte da Europa. Os genoveses emprestavam aos mercadores para que eles comprassem em Gênova e revendessem nas feiras de *Champagne*, onde estes empréstimos a juros⁴ deveriam ser reembolsados na moeda francesa.

Mais tarde, esse reembolso nas grandes feiras era realizado pela maioria das praças de comércio da Europa, através de contratos de câmbio, e através de encomendas ou mercadorias remetidas para a venda nas feiras. Dívidas contraídas em qualquer lugar passaram a ser pagáveis nas feiras de *Champagne*. Segundo PIRENNE (1979, p. 105) "... as feiras de Champagne deveram em grande parte sua importância ao contato que estabeleceram desde logo entre o comércio italiano e a indústria flamenga".

Os pagamentos ali realizados se tornaram tão numerosos que, sem demora, as grandes feiras se tornaram um mercado de capitais, com câmbio de moeda e desenvolvimento de crédito, e passaram de um papel comercial para um papel bancário, aumentando ainda mais sua influência em todo o ocidente.

A melhor fase das feiras deu-se na segunda metade do século XIII, no entanto, no início do século seguinte, o sistema entrou em declínio, à medida que o comércio ambulante foi substituído por locais de comércio fixos, de hábitos sedentários. Também as navegações diretas entre os portos da Itália e o norte da Europa tiveram grande progresso, diminuindo a movimentação na rota terrestre que passava pelas feiras de *Champagne*.

A guerra entre Flandres e a monarquia francesa, bem como a Guerra dos Cem Anos também foram decisivos, uma vez que afastaram das grandes feiras seus melhores clientes.

Mesmo deixando de ser o centro do comércio mundial, as feiras deram origem a práticas muito importantes para o desenvolvimento das atividades comerciais, principalmente o crédito e as atividades bancárias.

⁴ Segundo PIRENNE (1979, p. 103) "... valiosa torna-se a suspensão da proibição canônica da usura, isto é, do empréstimo com juros, e a fixação, para este, de uma taxa máxima".

Daí em diante, será destruído esse grande centro de negócios para o qual dirigiram-se, durante dois séculos, todos os mercadores da Europa. Mas a prática que nelas adquiriram abre-lhes agora uma vida econômica em que a generalização da correspondência e das operações de crédito permitirá ao mundo dos negócios economizar suas viagens a *Champagne*. (PIRENNE, 1979, p. 106).

6 CRISE DO SISTEMA FEUDAL

Tradição, imobilidade e ordem são palavras básicas para se descrever a economia na Idade Média. Observa-se uma organização estática da vida econômica, já que a agricultura era ainda sua base, e não era de modo algum eficiente.

A crise do sistema feudal do século XIV teve várias formas de se manifestar, não é possível encontrar uma causa única que a explique, pois resultou de vários fatores que aconteceram ao mesmo tempo. Porém, o elemento básico para explicar a crise está no próprio feudalismo.

O feudalismo havia atingido o máximo de suas forças e começou a decair. Esta crise se manifestou na economia, na sociedade, na política e na religião. As relações de produção feudal se alteraram, surgiram novas classes, como a burguesia, a igreja católica sofreu vários golpes e crises que resultaram em novos movimentos religiosos, e o poder dos monarcas aumentou, tirando os direitos políticos mais importantes dos senhores feudais.

Na Idade Média, exploravam-se as terras até sua total exaustão, ou seja, com o tempo não havia mais terras férteis, o que fez a produção agrícola cair bastante. Com isso, o preço dos cereais aumentou muito, tornando muito difícil comprar trigo, alimento básico dos europeus na época. A taxa de mortalidade aumentou, enquanto a da natalidade diminuiu.

Com a queda na taxa de crescimento da população, diminuiu a procura de trigo e outros cereais. Assim ocorreu um fenômeno oposto ao momento anterior, os preços destes produtos baixaram, enquanto dos produtos manufaturados de luxo subiam rapidamente. Estes dois fatos prejudicavam os nobres, uma vez que seus ganhos com a venda dos produtos da terra diminuíram e tinham dificuldades em comprar produtos de luxo, por sua alta de preços.

Uma das principais transformações sociais decorrentes da crise do sistema feudal foi o surgimento de uma nova classe social, a burguesia (habitantes do burgo,

cidade), formada principalmente por mercadores e artesãos. Esta classe nasceu dentro do próprio feudalismo e cresceu com sua expansão econômica. Dominava as atividades comerciais e artesanais.

Com o empobrecimento da nobreza, os burgueses passaram a comprar terras dos senhores feudais, dedicando-se também à agricultura. Os burgueses, porém, iniciaram o processo de deslocamento do centro da economia das atividades agrárias para as atividades comerciais urbanas. A burguesia foi essencial para as mudanças históricas que criaram posteriormente uma sociedade comercial.

As Cruzadas também foram um dos fatores responsáveis pela crise do feudalismo, uma vez que afastou grande número de senhores ao obrigá-los a arrecadarem dinheiro necessário às expedições.

A possibilidade dos servos comprarem sua liberdade, ocorrida com as mudanças nas relações de produção, era uma prática incentivada pelos senhores feudais para aumentar suas próprias rendas. Porém, dessa forma incentivavam uma prática que acabaria com o próprio feudalismo.

A pressão exercida pelos senhores sobre os camponeses para aumentar suas rendas teve como resultado a exaustão dos trabalhadores. Este fato levou a uma estagnação ainda mais grave na produção, agravando a crise.

7. A REMONETARIZAÇÃO DA ECONOMIA

O uso da moeda atingiu níveis muito baixos em determinadas épocas, mas nunca desapareceu por completo.

Segundo PIRENNE (1979, p. 107) “desde sua invenção, a moeda não deixou de estar em uso corrente entre todos os povos civilizados do Ocidente e o Império romano a transmitiu, sem interrupção, aos Estados que lhe sucederam”. Também a troca não deixou de existir ao longo da história, é ainda usada em algumas situações até a atualidade, porém não substituiu o papel da moeda nas relações comerciais. Consistiu num recurso em uma situação de conveniência, mas não foi um substituto da moeda metálica.

A moeda teve seu uso novamente difundido em grande escala na economia quando a troca direta deixou de predominar no comércio. No início assumiu o valor que lhe era atribuído por mercadores em trocas de mercadorias, não seguindo um

padrão de valor. Posteriormente, estabeleceu-se uma avaliação, que passou a ser fixada pelo governante ou pelo Estado, dando origem a um padrão legal, uma medida invariável para expressar o valor dos bens e mercadorias.

O ouro que era usado como moeda, deixa por vários séculos de ser o padrão, dando lugar à moeda de prata, a qual assume sua forma definitiva pelas mãos de Carlos Magno.

O sistema estabelecido por Carlos Magno constituía a mais duradoura de todas as reformas, uma vez que perdura até os nossos dias. Verifica-se neste sistema o desejo de adaptação a realidade da época, a legislação e às novas condições da sociedade, procurando estabelecer a ordem.

Carlos Magno compreendeu perfeitamente o papel que a moeda devia desempenhar, em uma sociedade em plena regressão agrícola, resolvendo proporcionar-lhe um numerário adequado as suas necessidades. A sua reforma monetária era a que convinha a uma época de economia rural sem mercados exteriores. Nisto consiste, em conjunto, sua originalidade e grandeza. (PIRENNE 1979, p.111)

O Estado foi cuidadoso com relação a manter o peso e o valor das referidas moedas inalteradas. Tinha a exclusividade na cunhagem de moedas, e colocou sua produção em um número restrito de oficinas controladas. As penas para a falsificação eram brutais e os que se negavam a receber em pagamento as moedas legais, recebiam severos castigos. A circulação monetária era limitada e a moeda em circulação era refundida, e cabia às oficinas reais a devolverem como um novo tipo para confundir os falsificadores. Porém com a queda do Império carolíngio, houve um enfraquecimento desse sistema monetário.

No período feudal, a realeza tomou o direito de cunhar moedas, e o concedeu também às Igrejas. Com isto, apareceram em todo o Ocidente uma infinidade de moedas diferentes em circulação, em número proporcional ao de feudos existentes, pois vários deles também passaram a emitir sua própria moeda. Este fato causou uma grande desordem, pois não só se modificaram os tipos de moeda, mas também seu peso e valor foram cada vez mais alterados devido à ausência de controles.

Essa desordem teve também como motivo a exploração da moeda pelos príncipes. Constantemente a moeda era tirada de circulação, e entregues as fábricas de moedas, que as devolviam ao público sob a forma de moedas de menor peso e

menor quantidade de metal precioso. Os príncipes ficavam com a diferença entre o valor da moeda original e da que era reposta à circulação. Com isso o valor da moeda diminuía cada vez mais.

Com a descoberta de novas minas na Saxônia, Boêmia, Tirol, Salzburgo e da Hungria, aumenta a produção anual de prata, e os príncipes se aproveitaram disso. Com o direito de cunhagem, eles utilizavam isso em proveito do próprio tesouro. Era cada vez mais usual emitir novas moedas e diminuir cada vez mais seu valor, pois a moeda ia para oficina e voltava a circulação em estado cada vez pior.

Para combater este problema, na França foi estabelecido por Felipe o Longo em 1320-1321 um projeto para haver uma única moeda em todo o reino. Entretanto, apesar de a cunhagem ter se tornado um privilégio real, a moeda não teve maior estabilidade do que antes, devido à moeda continuar alterada. Conforme a necessidade a coroa, aumentava-se o valor nominal da moeda enquanto seu valor real diminuía constantemente. Eram constantes as flutuações e o comércio sofria com isso. Devido a técnicas rudimentares e a dificuldade de dar as moedas um peso e tamanho idênticos, elas eram constantemente depreciadas, falsificadas.

No final do século XII, a grande desordem monetária impunha a necessidade de uma reforma. Veneza tomou a iniciativa, e por meio de Henrique Dandolo foi criado o *Gross*, que equivalia ao modelo carolíngio. Entretanto a nova moeda era doze vezes maior, daí o nome *Gross*.

Mas o verdadeiro êxito foi obtido pelos franceses, com o *Gross tournois* criado por Luis IX, que posteriormente foi superado pelo *Gross paris*, e se difundiram por toda Europa. Tais moedas devido às feiras de *Champagne* foram elevadas à classe de moeda internacional. Varias cidades e regiões passaram a cunhar o *Gross* como: Flandres, Brabante, Liège, Lorena, Mosela (na Alemanha onde apareceu com o nome de *groschen*), Colônia e demais solos germânicos além do Reno nos Países Baixos do Norte. Com o *Gross*, tem início uma nova fase na história monetária. O sistema carolíngio não foi posto de lado, contudo foi adaptado às necessidades do comércio.

A moeda de prata posteriormente deu novamente lugar ao ouro, que voltou a ocupar seu status anterior. A iniciativa da Itália de voltar a adotar moedas de ouro, logo foi seguido por outros países europeus, o que fez crescer e progredir rapidamente as relações comerciais. Na França, no mesmo ano em que surgiu o

Gross tournois, o soberano Luis IX criou também moedas de ouro que foram utilizados ao norte do Alpes. Com isso, a cunhagem do ouro se difundiu por toda a Europa.

Com o *Gross* e com a cunhagem de ouro estava resolvida a questão da circulação, contudo os abusos continuavam, reis e príncipes alteravam as moedas, impondo-lhes valores arbitrários, o que causava a desvalorização. Muito tempo ainda decorreria até que os governos conseguissem administrar a moeda de forma correta.

7.1 O CRÉDITO

A difusão do crédito foi muito importante para o desenvolvimento das relações comerciais. Foi observado em várias épocas, e cada vez com mais força. A igreja como uma potência financeira fez o papel de emprestadora em determinadas situações. Os tesouros que possuía eram às vezes solicitados por senhores vizinhos que se encontravam com suas reservas esgotadas, e que precisavam de artigos de subsistência. Desta forma, a igreja servia de estabelecimento de crédito, e cedia os recursos solicitados em troca de uma garantia de pagamento da dívida, geralmente o empenho de uma parte da propriedade do senhor.

Dava-se o nome de penhor vivo aquela em que os rendimentos dos bens empenhados se deduziam do capital emprestado, e de penhor morto aquela cujos frutos recolhia o credor, sem prejuízo do reembolso inteiro do capital. Em ambos os casos, respeitava-se a proibição da usura, embora o dinheiro emprestado não produzisse por si só nenhum juro. (PIRENNE, 1979, p. 122)

Tais empréstimos eram contraídos em situações emergenciais, pois do ponto de vista religioso, apenas por necessidade era admitido o empréstimo. As sociedades, devido à questão da usura e a moral cristã, tiveram as práticas de crédito limitadas.

Os venezianos, no século X, começaram a investir no comércio marítimo, e com a dedicação de Gênova e Pisa ao negócio, vários nobres colocaram seus capitais em tal atividade. Os riscos do negócio eram divididos e parte dos barcos era tomada com este fim. Também se pode citar o seguro marítimo como aplicações de crédito. O progresso do crédito em sociedades de comércio terrestres foi mais lento

do que o obtido nas atividades marítimas. Ainda existiam em cidades italianas mercantis as letras de crédito utilizadas nas feiras de *Champagne*.

O desenvolvimento da atividade de crédito presume a capacidade de ler e escrever. Graças a isso, as primeiras escolas para filhos de burgueses foram criadas. Anteriormente havia as escolas monásticas, onde era ensinado latim para uso em correspondências comerciais. Nas cidades surgiram pequenas escolas, na segunda metade do século XII, onde o ensino leigo começou a ser introduzido. A oposição do clero não conseguiu interromper esta novidade, contudo conseguiu que as escolas urbanas fossem vigiadas por professores do clero, mesmo com mestres indicados pela autoridade municipal.

Na Itália do século XIII a escrita estava tão integrada à vida dos comerciantes, que a escrita de livros eram uma prática geral. Esta prática difundiu-se no início do século XIV por toda a Europa. O uso da língua francesa era universal nas relações comerciais. Este status dado à língua francesa, sem dúvida foi uma contribuição das feiras de *Champagne*. Entretanto, o latim continuava a ser largamente utilizado, principalmente nas relações comerciais entre românicos e germânicos.

Na Idade Média, as operações realizadas pelos bancos eram de empréstimos e nelas encontrava-se a história do comércio do dinheiro naquela época. O banqueiro da Idade Média era, ao mesmo tempo, quem emprestava e quem negociava.

Grandes fortunas comerciais se formaram no século XII, e isto começou a chamar a atenção dos nobres. Esta aristocracia sofria crises econômicas com o aumento de gastos para se manter um padrão de vida mais requintado.

Para que não fosse necessário empenhar terras para conseguir dinheiro ou enviar seus objetos de ouro para as fábricas de moeda, os nobres conseguiam adiantamentos dos mercadores que possuíam grandes fortunas. Para os mercadores era imprudente negar as solicitações de reis, príncipes e aristocratas, pois estes tinham muito poder. Todavia, os nobres poderiam fazer uso deste poder para não devolver o valor emprestado. Assim, como proteção, utilizavam-se juros para compensar perdas causadas por dívidas não pagas.

Mesmo com grandes riscos, a possibilidade de grandes lucros era muito atrativa aos emprestadores. Grandes e pequenas cidades, bem como a Igreja, recorriam aos comerciantes para obter empréstimos.

Com os progressos na atividade do crédito, as feiras de *Champagne* surgem como lugar de reembolso e regulam datas de vencimentos. Aos banqueiros italianos cabe também a função de intermediários para pagamentos a serem efetuados no exterior. Graças a sua perícia e prática em operações de câmbio, adquirem o monopólio dos bancos situados ao norte do Alpes. Com isso, os soberanos franceses e ingleses formam sua clientela. A igreja, através do papado, os emprega para administrar sua riqueza e para receberem o dinheiro e taxas de vários tipos.

Com toda esta atuação e com a confiança dos soberanos, os banqueiros dominam a atividade financeira em toda a Europa passando inclusive a ingressar nos conselhos reais, cunharem as moedas, encarregarem-se da arrecadação de impostos e a elaborarem tabelas de empréstimos. Seus bancos realizam diversas operações, e o lucro de suas atividades é tão grande que supera em muito suas perdas.

Os judeus no início eram os principais comerciantes que realizavam empréstimos e cobravam juros, pois a prática da usura era proibida para os cristãos, e a eles não se aplicava. Aproveitavam-se dessa situação e realizavam empréstimos em segredo até mesmo para alguns estabelecimentos eclesiásticos. Devido a seus contatos na Europa e em regiões islâmicas ao sul, obtinham facilmente o dinheiro líquido indispensável às suas operações. Os particulares tinham sempre a certeza e confiança de encontrar nos judeus a ajuda financeira necessária em momentos de crise. Os judeus aonde quer que se instalassem estavam protegidos pelos soberanos locais, os quais dependiam de seus empréstimos, entretanto em várias partes ocorreram movimentos de expulsão dos judeus.

No século XIII, os judeus encontraram fortes concorrentes mesmo entre os cristãos. Na França e Países Baixos os italianos rapidamente ultrapassaram os judeus em operações de empréstimos. Em troca de pagamento de imposto, os príncipes e as cidades concederam o direito de estabelecerem bancos de Empréstimos. Era admitido oficialmente que fosse cobrado um juro razoável, desde que este não fosse abusivo.

O comércio do dinheiro e o crédito também eram desempenhados pelos cambistas. Tais pessoas possuíam o privilégio de negociar metais preciosos, e recebiam excelentes lucros por esta atividade. Também exerciam a função de agentes de pagamentos e muitos se transformaram em emprestadores de dinheiro.

O crédito e o comércio do dinheiro até fins do século XIII foram indispensáveis para a vida econômica da Idade Média. A prática da usura era comum nas feiras de *Champagne* e entre relações das sociedades. Cada operação de crédito era objeto de contrato determinado pelas circunstâncias, um acordo entre as partes que faziam o empréstimo e as que o concediam. Assim, o empréstimo comercial e o empréstimo de consumo não diferiam.

O clero, apesar de reprovar, constantemente recorria a ajuda dos empréstimos. O crédito era uma necessidade, e proibir os emprestadores era inviável, devido ao número de pessoas que necessitavam desta operação. Autores do direito canônico procuravam amenizar o rigor da proibição dos juros. Com isso certas formas de usura foram aos poucos sendo permitidas, enquanto outras permaneciam proibidas, cabendo aos juizes essa decisão em cada situação.

Com a suavização das leis da Igreja, o comércio é cada vez mais difundido na sociedade, e como forma de intermediação das relações comerciais, a moeda tem crescente importância para a economia, bem como o crédito e as funções bancárias. Muito diferente do período feudal, nessa nova sociedade monetizada os detentores de capital são orientados pela busca do lucro comercial e financeiro, caracterizando desta forma o início de um novo sistema econômico, o capitalismo.

CONCLUSÃO

As transformações ocorridas no feudalismo na chamada baixa Idade Média (fins do século XII a meados do século XV), foram fundamentais para o crescimento do comércio e para o renascimento urbano.

Inicialmente o lucro não era objetivo dos senhores feudais, pois não se produzia excedente além do consumo próprio, uma vez que não existia demanda externa por seus produtos. Dessa forma, não havia melhoras para o aumento da produção, já que isto não interessava ao senhor feudal. A base agrícola da economia só ganhou dinamismo com o aumento da população, que exigia mais alimentos, e conseqüentemente, a necessidade de cultivar mais terras.

Com mais trabalho a ser realizado, e com a diminuição da população disponível para trabalhar, os senhores tentam atrair trabalhadores para suas terras. Reduzem a carga de obrigações dos servos, e amenizam a corvêia e outros serviços pessoais, bem como alguns tributos.

A mudança nas relações feudais aumentou a possibilidade dos servos comprarem sua liberdade. Para os senhores feudais, era uma forma de aumentar suas rendas, mas ao mesmo tempo, diminuía sua quantidade de servos. Esta prática acabaria com o próprio feudalismo.

A Igreja orientava o modo de pensar das pessoas, e regia todas as relações da sociedade, inicialmente condenando o comércio e seus lucros. Dessa forma, a economia era mais um detalhe da vida das pessoas do que algo dominante nas relações, o que de certa forma impedia seu o desenvolvimento ou aprimoramento das relações comerciais.

Surgiram novas classes sociais, destacando-se a burguesia, que surgiu dentro do feudalismo. Esta classe dominava as atividades comerciais e de artesanato, e transformou as atividades comerciais urbanas no novo centro da economia, posto antes ocupado pelas atividades agrárias. Este processo foi muito importante para criar posteriormente uma sociedade de comércio.

A população das cidades foi aos poucos se separando do sistema feudal. As cidades eram o local da produção de manufaturas, destinadas ao consumo da própria cidade ou dos feudos. Com a divisão do trabalho entre o campo e a cidade,

passa-se a produzir um excedente. Isto estimulou a troca e fez com que vários produtores se especializassem em um determinado produto.

Os camponeses produziam excedentes agrícolas ou artesanais, e tinham também excedente de matéria prima, e os vendia fora do feudo. O aumento das trocas entre cidade e campo possibilitou às cidades se desenvolverem e expandirem seu comércio. Também o papel das cidades como local do setor secundário abriu possibilidades para seu desenvolvimento.

Com o aumento do poder dos reis, foram tirados dos senhores feudais seus mais importantes direitos políticos. Os senhores também foram bastante prejudicados com a baixa nos preços dos produtos da terra, e o aumento dos preços dos artigos de luxo que estavam acostumados a comprar.

O comércio à distância principalmente de tecidos, dinamizou o comércio, ao aumentar a produção para vender ao exterior. A sedentarização do comércio fez com que um comércio permanente surgisse nas cidades, onde os lojistas substituem o comércio errante e acumulam capital, que muitas vezes financiava as relações comerciais à distância. Os comerciantes também passam a ter representantes permanentes nas cidades.

O comércio internacional era realizado principalmente com o Oriente, através do mar Mediterrâneo. Essa rota comercial foi prejudicada com sua tomada pelo árabes, mas após ser reaberta, a rota foi essencial ao desenvolvimento das cidades, principalmente as portuárias, e toda a economia européia. O norte europeu era outro grande pólo de atividades comerciais de grande importância, e ligava-se ao eixo do Mediterrâneo por rotas terrestres.

O surgimento das grandes feiras na região de *Champagne* foi muito importante para o dinamismo do comércio, pois deu origem a práticas como o crédito e as atividades bancárias. De grande abrangência, às vezes toda a Europa Ocidental, diferiam das feiras locais também por sua frequência menor, duração maior e pela natureza das trocas.

As grandes feiras tinham um período próprio para pagamento das compras efetuadas. Nesse período pagavam-se dívidas tanto da feira atual quanto das feiras anteriores. Também surgiram as letras de câmbio, que eram promessas de pagar a dívida em outro local que não onde se contraiu a dívida.

As feiras passaram a ser locais onde era possível pagar dívidas adquiridas na maioria dos locais de comércio da Europa. O número de pagamentos ali realizados se tornou tão grande, que as grandes feiras também se tornaram um mercado de capitais, onde se trocavam diferentes moedas e obtinha-se crédito, e passaram a ter funções bancárias além das comerciais. Isso fez com que sua influência se tornasse ainda maior.

Quando a troca direta deixou de predominar no comércio, a moeda passou a ser novamente utilizada em grande escala nas relações comerciais. Inicialmente quando utilizada pelos mercadores, a moeda não tinha um valor padrão, estes lhe atribuíam um valor, para trocá-la por mercadorias. Posteriormente, o Estado fixou um valor legal e invariável para a moeda.

Durante o feudalismo havia grande desordem, pois surgiu grande número de moedas em circulação, cada feudo adotava sua própria moeda, e além da nobreza, também à Igreja foi permitida a cunhagem de moeda. Na tentativa de resolver o problema, o governo cria uma moeda única, o *Gross*, que se difundiu por toda a Europa e ganhou status de moeda internacional, e centraliza o direito a cunhagem das moedas.

Também o crédito contribuiu amplamente no desenvolvimento das relações comerciais. Os empréstimos surgiram como uma possibilidade de altos lucros. Todos recorriam aos comerciantes para obter empréstimos. Apesar dos riscos de não pagamento das dívidas, a atividade era muito atraente aos emprestadores, pelos seus lucros.

Até mesmo a Igreja, que pregava o repúdio à usura e o empréstimo de dinheiro a juros, recorria freqüentemente a essa fonte de recursos. Percebendo que o empréstimo se tornara vital para a economia, a Igreja passou a amenizar suas leis, e algumas formas de usura foram lentamente sendo permitidas.

Os banqueiros passam a ter grande atuação, e dominam toda a atividade financeira da Europa, ganham a confiança de todos e ingressam até mesmo nos conselhos reais. Passam a ter direito inclusive de cunhar moedas. O lucro de suas atividades superava em muito eventuais perdas, e com isso os banqueiros acumulam grande capital, muitas vezes usado para financiar o comércio.

Portanto, o processo que possibilitou à Europa passar de um sistema econômico agrário e desmonetizado que se tornou o feudalismo, a um sistema

comercial desenvolvido, com ampla utilização de moeda, inicia-se com a geração de excedente para troca e com o predomínio das atividades urbanas sobre as agrárias. As grandes feiras, onde surgiram o crédito, as letras de câmbio, e o câmbio de moedas, foram essenciais, quando passaram a ter funções bancárias, necessárias ao comércio, bem como o comércio à distância com o Oriente foi importante para o desenvolvimento das cidades e dos portos.

O fim do feudalismo e a diminuição das limitações impostas ao comércio e ao lucro pela Igreja abriram caminho para uma nova sociedade, com características muito diferentes do período feudal. O comércio e a moeda são cada vez mais utilizados, e a crescente busca do lucro por parte dos donos de capital resulta na origem de um novo sistema econômico, o capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONETTI, Guy. **A economia medieval**. São Paulo: Editora Atlas, 1977.
- HEILBRONER, Robert. **A formação da sociedade econômica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1984.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista. **História Econômica**. 12. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1991.
- MONTEIRO, Hamilton. **O feudalismo: economia e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. 5. ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1979.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 1. ed. São Paulo: Best Seller, 1999.
- SOUZA, Osvaldo Rodrigues. **História Geral**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1971.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. Curitiba, 1992. v. 7: Citações e notas de rodapé.